



ANEXO B DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 48110.000735/2025-89

ANEXO "B" - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO
CELEBRADO
ENTRE A
EMPRESA
BRASILEIRA DE
PARTICIPAÇÕES
EM ENERGIA
NUCLEAR E
BINACIONAL S.A
– ENBPAR E A
EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX,
PARA
CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA
FORNECIMENTO,
SOB DEMANDA,
DE INSUMOS DE
COZINHA, PARA
ATENDER ÀS
NECESSIDADES DA
ENBPAR,
CONFORME
CONDIÇÕES,
QUANTIDADES E
EXIGÊNCIAS
ESTABELECIDAS
NO TERMO DE
REFERÊNCIA -
ANEXO A DO
EDITAL.

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A – ENBPar**, CNPJ nº 43.913.162/0001-23, situada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, doravante denominada – **ENBPar**, neste ato representada, nos termos de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente XXXXXXXXXXXXXXXX, eleito na XX Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **ENBPar** e empossado pelo Termo de Posse, de XX de xxxxx de 202X, e por seu Diretor XXXXXXXX, eleito na XX Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **ENBPar** e empossado pelo Termo de Posse, de XX de XXXXX de 202X, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXX, na XXXXXXXXXXXX, CEP:XX.XXX-XXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, de acordo com a representação legal por seu ato constitutivo, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato que foi precedido do Processo de Licitação nº XXXXX/2026 na modalidade **PREGÃO**

ELETRÔNICO, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, com fundamento legal nas disposições da Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 2006; do Decreto nº 8.538, de 2015; da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber, e do [Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar](#), estando as Partes sujeitas aos demais dispositivos legais pertinentes e às Cláusulas a seguir dispostas:

1. **CLÁUSULA 1ª – DA COMPETÊNCIA**

1.1. De acordo com o artigo 71, inciso VII, e artigo 72, inciso IV, ambos do Estatuto Social da ENBPar, o Diretor-Presidente tem competência para assinar este Contrato, juntamente com a Diretoria da Unidade Solicitante (DUS).

1.2. De acordo com o Ato Constitutivo da CONTRATADA, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, tem competência para assinar este Contrato.

2. **CLÁUSULA 2ª – DOS ANEXOS**

2.1. São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, cujo teor as partes se obrigam e declaram ter pleno conhecimento:

- I - Termo de Referência consignado no Anexo A do Pregão Eletrônico nº 90004/2026;
- II - Proposta Comercial da CONTRATADA; e
- III - Demais documentos e anexos vinculados ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026.

2.2. Integrará este Contrato como Apêndice, o documento elencado abaixo:

- I - Apêndice "A" - Matriz de Risco.

2.3. Em caso de divergência entre as cláusulas contratuais e os Anexos, prevalecerão as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais.

3. **CLÁUSULA 3ª - DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa para fornecimento, sob demanda, de insumos de cozinha, para atender às necessidades da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Anexo A do Edital.

3.2. A descrição detalhada e especificações do objeto estão definidas no item 2 do Termo de Referência, Anexo A do Edital.

4. **CLÁUSULA 4ª – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

4.1. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante todo o prazo de execução, as condições de habilitação que tenham sido exigidas no processo de Licitação, que antecedeu a assinatura deste Contrato (artigo 69, inciso IX da Lei nº 13.303, de 2016).

4.2. Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA** quanto a sua habilitação, a ENBPar providenciará notificação por escrito, determinando prazo para que a **CONTRATADA** regularize sua situação junto aos órgãos competentes ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de sanção e/ou rescisão deste Contrato.

5. **CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da **CONTRATANTE**, entre outras previstas neste Contrato e no Termo de Referência:

5.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos e condições estabelecidos em Contrato.

5.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratado, dando-lhe, inclusive, prazo para correção, sem ônus adicional à ENBPar.

5.4. Sustar a execução de quaisquer entregas/serviços/trabalhos que estiverem em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou no Contrato, ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

5.5. Permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA às instalações da ENBPar, sempre que se fizer necessário, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusividade para execução dos serviços contratados.

5.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA em relação à execução do objeto contratado.

5.7. A ENBPar não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. **CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

- 6.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas no contrato, de forma que os prazos sejam cumpridos e o objeto seja executado.
- 6.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da ENBPar inerentes à execução do objeto contratual.
- 6.3. Fornecer o objeto da presente contratação, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos do Termo de Referência, de sua proposta e deste Contrato.
- 6.4. Responder, integralmente, por quaisquer danos diretamente causados à ENBPar ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da execução contratual.
- 6.5. Propiciar todos os meios necessários à execução do Contrato, permitindo a atuação do Fiscal do Contrato da ENBPar que terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, do objeto contratado, desde que motivadas as causas e justificativas de tal medida.
- 6.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 6.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.8. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do Fiscal de Contrato da ENBPar com a CONTRATADA.
- 6.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 6.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 6.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto.
- 6.12. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.
- 6.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou neste Contrato.
- 6.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 6.15. Desenvolver os serviços em regime de integração e colaboração com a CONTRATANTE, observando e aderindo ao Estatuto, às normas internas, às políticas, aos programas, às definições e às decisões da CONTRATANTE.
- 6.16. Reparar, refazer, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em partes, sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer elementos e serviços objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, falhas, omissões, defeitos, inconformidades ou incorreções de qualquer natureza, resultantes da execução dos serviços, que estejam em desconformidade com o disposto na Proposta Comercial da CONTRATADA, no Termo de Referência e neste Contrato.
- 6.17. Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações processadas e a que vier ter contato antes, durante e após a vigência deste Contrato.
- 6.18. Observar e cumprir as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes relativas ao objeto contratado, bem como o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato.

7. CLÁUSULA 7ª – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 7.1. As tratativas a respeito da entrega objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, formalmente designado após a assinatura do contrato.
- 7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com este Termo de Referência, com as cláusulas avençadas, com a Lei nº 13.303, de 2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, sendo possível a responsabilização pela inexecução total ou parcial do objeto.
- 7.3. O empregado da ENBPar designado como Fiscal do Contrato deverá observar as disposições dos artigos 2º, inciso XXIV, 104 e 105 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.
- 7.4. Caberá ao(s) representante(s) da ENBPar, dentre outras atribuições correlatas, atestar a execução dos serviços relativos à(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s) apresentada(s) pela CONTRATADA.
- 7.5. O(s) representante(s) da ENBPar anotar(ão), em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à reavaliação de falhas, defeitos ou vícios observados.

7.6. As decisões ou providências que ultrapassem a competência e/ou atribuição do(s) representante(s) da ENBPar serão, por ele(s), solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas pertinentes.

7.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato pela ENBPar não excluem ou reduzem as responsabilidades e as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.

7.8. As comunicações entre o Fiscal do Contrato da ENBPar e a CONTRATADA devem ser realizadas por mecanismos formais de comunicações, podendo se utilizar:

- a) Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamado; e
- e) E-mails.

7.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a ENBPar poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.10. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.11. O fiscal do contrato informará ao seu chefe imediato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas acordadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o pagamento, a garantia, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quanto ultrapassar a sua competência.

7.15. O fiscal coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de despesa de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal do pagamento da despesa.

7.17. O fiscal do contrato acompanhará os registros realizados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18. O fiscal do contrato emitirá documento comprobatório das avaliações realizadas quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzidos pelo agente ou pelo setor com competência para tal, se for o caso.

7.20. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.21. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22. O fiscal deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento nos termos do contrato.

8. **CLÁUSULA 8ª – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS**

8.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Edital estão consignados no Programa de Dispendio Global (PDG), aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, por conta da Dotação Orçamentária nº 2.204.039.000 (Materiais de Consumo) para o exercício de 2026.

9. **CLÁUSULA 9ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1. O regime de execução deste Contrato é de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

10. **CLÁUSULA 10ª - DO VALOR/PREÇO**

10.1. Pelos serviços objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Grupo	Item	Descrição da especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	01	Café em pó, tipo Superior , torrado e moído, Torração média, embalado a vácuo em papel alumínio, pacotes com 500g, com Qualidade Global (Nível Mínimo de Qualidade - NMQ) entre 6,0 a 7,2 pontos, na Escala Sensorial do Café (Superior), tolerância de, no máximo, 1% de matéria estranha, sedimento e impureza. O produto deverá apresentar Certificado de Qualidade fornecido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde – REBLAS, habilitados pela ANVISA e MAPA, e/ou Selo de Pureza e Qualidade ABIC, fornecido pela Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC, e/ou Laudo emitido por instituto especializado, credenciado pela ABIC no Programa de Qualidade do Café - PQC. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega. Deverá também apresentar diretamente impresso na embalagem os dados de fabricação e do produto, conforme exigência dos Órgãos de Controle. A aceitação do produto está condicionada à apresentação de Selo de Pureza e Qualidade ABIC e/ou de laudos emitidos por laboratórios habilitados/credenciados (REBLAS, ANVISA, MAPA), conforme legislações vigentes da ANVISA e MAPA, que atestem e comprovem as características mínimas de qualidade exigidas do produto. Marcas de Referência: Café do Sítio, Três Corações, Export, Pilão, Pelé, similar ou de melhor qualidade.	Unidade	1.200		
	02	Açúcar refinado ; acondicionado em embalagem de 1kg. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	Unidade	300		
	03	Biscoito de Maizena ; Sabor Tradicional; Pacote 350g Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	Unidade	192		
	04	Biscoito cream cracker . Tradicional. Pacote 360g. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	Unidade	192		
	05	Chá de erva-doce ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	Caixa	192		
	06	Chá de camomila ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	Caixa	192		
	07	Chá de hortelã ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	Caixa	192		
	08	Chá de frutas vermelhas ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	Caixa	192		
	09	Manteiga de primeira qualidade com sal ; Tablete de 200g Validade mínima dos produtos: 04 (quatro) meses, a contar da data da entrega.	Unidade	192		
	10	Pão de queijo ; Pacote congelado de 1kg Validade mínima dos produtos: 04 (quatro) meses, a contar da data da entrega.	Unidade	480		
	11	Adoçante Sucralose líquido; 100ml	Unidade	48		

Grupo	Item	Descrição da especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
		Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.				
	12	Guardanapo de Papel , acondicionado em pacotes, Pacote com 50 folhas, FOLHA DUPLA, na cor branca, medindo 22 cm x 22 cm. Validade: indeterminado.	Pacote	300		
Valor Global (R\$)						

10.2. O valor acima inclui:

- I - Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado;
- II - Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a **CONTRATADA** para execução integral e perfeita do objeto contratado; e
- III - Todas as despesas com o pessoal da **CONTRATADA**, tais como mão de obra, deslocamentos, estadias e diárias, se for o caso.

11. CLÁUSULA 11ª - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento do objeto deste Contrato será efetuado em moeda corrente nacional após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura na forma e prazo estabelecidos, conforme demanda.

11.2. O pagamento devido à **CONTRATADA** deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento dos documentos de cobrança por representante da ENBPar, caso não haja outra definição no Contrato. Caso o dia do pagamento caia em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á o primeiro útil subsequente.

11.3. Os documentos de cobrança deverão ser entregues preferencialmente por meio eletrônico, ao fiscal do contrato, ou no endereço sede, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 7º andar, Setor Comercial Sul, Quadra 09 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70308-200, juntamente com a Nota Fiscal, em que constará o nome e número do banco, agência bancária e a conta corrente na qual deverá ser depositado o respectivo pagamento. A ENBPar não se responsabilizará por juros ou encargos financeiros, resultante da operação de cobrança.

11.4. O pagamento da Nota Fiscal referente ao objeto contratado será efetuado pela **CONTRATANTE**, por meio de depósito bancário.

11.5. O pagamento será efetuado, mensalmente, de acordo com os itens solicitados e efetivamente fornecidos.

11.5.1. O valor devido será conferido após a entrega do objeto, mediante a emissão de Nota Fiscal pela **CONTRATADA** e atestado do Fiscal do Contrato da **CONTRATANTE**.

11.5.2. A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- a) número do Contrato;
- b) nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito;
- c) Chave PIX - opcional;
- d) descrição do serviço; e
- e) dados da ENBPar:

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar

- CNPJ: 43.913.162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200.

11.6. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação pela **CONTRATADA** da seguinte documentação:

- a) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidão de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Consulta junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), conforme previsto na Lei nº 10.522, de 2022, alterada pela Lei nº 14.973, de 2024, e eventuais alterações posteriores; e
- e) Declaração da Empresa Optante do Simples Nacional, se couber.

11.7. A **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal própria em nome da **CONTRATANTE** no valor e no prazo ajustados contratualmente.

11.8. A nota fiscal não aprovada pela **CONTRATANTE** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando novo prazo de pagamento, a partir da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal não aprovada pela ENBPar, em hipótese alguma autorizará ou ensejará a suspensão da execução do objeto contratual.

11.9. No caso de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela **CONTRATANTE** e, mediante pedido da **CONTRATADA**, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

11.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11. A **CONTRATADA** regulamente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. **CLÁUSULA 12ª – DO REAJUSTE**

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. A Contratada deverá solicitar o reajuste e/ou revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

a) caso o fato gerador do reajuste e/ou revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou revisão de preços;

b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

c) a ENBPar deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela Contratada dos comprovantes da variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da ENBPar, enquanto a Contratada não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

d) caso a Contratada não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, caso ocorra, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

13. **CLÁUSULA 13ª – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

13.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da ENBPar ou mediante solicitação fundamentada da Contratada, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no contrato, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a Contratada nos termos da Matriz de Riscos, observado o seguinte:

a) a Contratada deverá formular à ENBPar um estudo pormenorizado para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

b) a comprovação será realizada por meio de documentos; e

c) com o requerimento, deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

- 13.2. A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da Contratada.
- 13.3. Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva.
- 13.4. Considerar os eventuais reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro.
- 13.5. Independentemente de solicitação, a ENBPar poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta da Contratada, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à Contratada apresentar as informações solicitadas pela ENBPar.

14. **CLÁUSULA 14ª - DA MATRIZ DE RISCO**

14.1. A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à Parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na **Matriz de Riscos – Apêndice "A" deste Contrato**.

14.2. A revisão de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

14.3. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

15. **CLÁUSULA 15ª - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA**

15.1. Os prazos de execução e vigência do contrato para o objeto previsto neste Contrato, serão de 12 (doze) meses e de 14 (quatroze) meses, respectivamente, contados da data de assinatura do contrato, sendo permitida a prorrogação contratual, mediante ajuste entre as Partes e a celebração de termo aditivo, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 13.303/2016 e o art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

16. **CLÁUSULA 16ª – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato.

17. **CLÁUSULA 17ª - DA ALTERAÇÃO**

17.1. Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, observadas as hipóteses e limites previstos no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016 e do art. 95 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

17.2. É vedada a modificação contratual que mude a natureza do objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência, Anexo A do Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026.

17.3. As alterações contratuais serão formalizadas por termo aditivo, ressalvadas as hipóteses legais previstas no art. 81, §7º da Lei nº 13.303, de 2016, que podem ser registradas por apostilamento.

Da Alteração Subjetiva

17.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

- I - todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original;
- II - sejam mantidas as cláusulas e condições deste Contrato;
- III - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- IV - haja a anuência expressa da ENBPar quanto à continuidade do Contrato.

18. **CLÁUSULA 18ª – DA RESCISÃO**

18.1. Este Contrato poderá ser rescindido:

- a) Unilateralmente e por escrito pela **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos subitens I a XII e XIV do Item 18.3 deste Contrato;
- b) Por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**; ou
- c) No âmbito judicial.

18.2. A rescisão unilateral ou por acordo entre as Partes deverão ser precedidas de autorização escrita e justificada do Diretor-Presidente da ENBPar.

18.3. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão, sem prejuízo das consequências cabíveis.

18.4. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- I - Descumprimento material e não remediado dos prazos estabelecidos neste Contrato;

- II - Lentidão do cumprimento deste Contrato, gerando à **CONTRATANTE** a impossibilidade da conclusão do objeto deste Contrato nos prazos e condições estipulados;
- III - Atraso injustificado da execução do objeto deste Contrato;
- IV - Paralisação da execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- V - Subcontratação do objeto contratual, bem como a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, quando vedadas no Edital de Licitação ou neste Contrato;
- VI - Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas em registro próprio pelo Fiscal do Contrato, sem a devida regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII - Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- VIII - Dissolução da **CONTRATADA**;
- IX - Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato;
- X - Razões de interesse da **CONTRATANTE**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- XI - Atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos deste Contrato, ou nas parcelas do objeto contratual já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XII - Não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área ou local para execução do objeto contratual, nos prazos estabelecidos neste Contrato;
- XIII - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução deste Contrato, e, ainda, ocorrência do perecimento do objeto contratual; ou
- XIV - Não constituição de garantias no prazo e nas condições previstos neste Contrato.

18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens X a XIII do Item 18.3, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) Devolução de garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão; e/ou
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

18.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução contratual, será prorrogado, automaticamente por igual tempo.

18.7. A rescisão de que tratam os subitens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XIV do Item 18.3 acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato:

- a) assunção imediata do Objeto Contratual, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da **CONTRATANTE**, se for o caso;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, se for o caso;
- c) Execução da garantia contratual, para ressarcimento da **CONTRATANTE**; e
- d) Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

19. CLÁUSULA 19ª – DAS SANÇÕES

19.1. Com fulcro nos arts. 82 a 84 da Lei nº 13.303, de 2016 e nos arts. 106 a 109 do Regulamento Interno de Licitações - RILC da ENBPar, pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

19.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto e não prejudiquem o andamento das atividades normais da ENBPar.

19.1.2. Multa moratória e compensatória:

19.1.2.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do objeto, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso. A parcela inadimplida corresponderá ao valor estabelecido para cada item.

19.1.2.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do objeto, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, desde o primeiro dia de atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias. A parcela inadimplida corresponderá ao valor estabelecido para cada item.

19.1.2.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de obrigações contratuais ou reincidência de condutas que impliquem em aplicação de outras sanções; e

19.1.2.4. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela ENBPar, recusa parcial ou total na entrega do objeto do contrato, ou rescisão do contrato, calculado sobre a parte inadimplida.

19.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ENBPar, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.2. A Multa a que alude este artigo, a qual poderá ser descontada da garantia contratual apresentada pelo contratado, não impede que a **CONTRATANTE** rescinda o Contrato e/ou aplique as outras sanções previstas no Regulamento e no Contrato.

19.3. Se a Multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

19.4. As sanções previstas nos subitens 19.1.1 e 19.1.3 poderão ser aplicadas em conjunto com o subitem 19.1.2, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA** ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.5. A sanção prevista no subitem 19.1.3 poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84, incisos I, II e III, da Lei nº 13.303, de 2016.

19.6. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar, a **CONTRATADA** que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal; e
- f) Não mantiver a proposta.

19.7. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 19.6. ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.7.1. A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respetivo processo, ser apresentada no prazo de ate 10 (dez) dias úteis.

19.7.2. As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.

19.8. Na aplicação das multas deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da **CONTRATANTE** garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

19.9. Os percentuais devem ser definidos a critério da Unidade Solicitante, levando em conta a impacto da não prestação dos serviços contratados.

19.10. Caso a multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, respondera a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE**, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.11. Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas no subitem 19.1.3 poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

19.12. Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, a empresa **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas nessa Cláusula.

19.13. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

19.14. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a **CONTRATADA** será descredenciada pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

20. **CLÁUSULA 20ª - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

20.1. As infrações penais tipificadas no artigo 41 da Lei nº 13.303, de 2016, c/c artigo 185 da Lei nº 14.133, de 2021, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

21. **CLÁUSULA 21ª - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

21.1. Será considerado caso fortuito ou de força maior, para efeitos de rescisão contratual unilateral ou de aplicação de multa, o inadimplemento decorrente das situações a seguir, descritas, quando vierem a afetar a execução do objeto deste Contrato:

- a) Greve geral;
- b) Interrupção dos meios normais de transportes;
- c) Calamidade pública;
- d) Acidentes, sem culpa da **CONTRATADA**, que impliquem retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- e) Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;
- f) Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do objeto contratual ou de suas especificações, desde que autorizada pela **CONTRATANTE**; e,
- g) Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

21.2. Quaisquer dos motivos acima enumerados deverão ser devidamente justificados pela **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

22. **CLÁUSULA 22ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DO SIGILO**

22.1. Quando da realização de tratamento de dados pessoais, seja como controlador ou operador, as Partes obrigam-se a atuar, quer seja através de seus representantes legais, colaboradores ou por terceiros que participem diretamente ou por determinação destes, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados acerca da matéria, assim como as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores competentes emitidas posteriormente à assinatura deste Contrato.

22.2. As Partes executarão os trabalhos, em que haja tratamento de dados pessoais, a partir das premissas e princípios da Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

22.3. As Partes concordam que o tratamento de dados pessoais, sempre que necessário, observará o consentimento do titular dos dados pessoais, de forma livre, informada, inequívoca e relacionada à finalidade determinada.

22.4. As Partes se comprometem, mutuamente, ao cumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), devendo alterar ou adequar as regras de negócios aplicáveis a essas premissas legais, sempre que solicitado ou necessário, além de utilizarem os serviços seguindo as regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

22.5. As Partes ficam obrigadas a manter registro contínuo das operações de tratamento de dados pessoais que realizam, especificando prazo, tempo de processamento, segurança, finalidade, sigilo e base legal, conforme art. 37 da Lei nº 13.709, de 2018, o registro terá “extrema importância, quando o processamento se der por interesse do Controlador e Operador – hipótese de dispensa de consentimento, art. 7º, IX, LGPD.

22.6. Por este Contrato, as Partes manterão todas as informações que tiver acesso no exercício ou em decorrência de suas atividades, em estrito sigilo e confidencialidade, comprometendo-se a não divulgar, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, qualquer informação a terceiros, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, bem como, usará tais informações exclusivamente para o desenvolvimento do objeto deste Contrato.

22.7. As Partes asseguram que medidas técnicas e organizacionais de segurança estão sendo utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo.

22.8. As Partes informarão imediatamente e prestarão toda a colaboração necessária em caso de investigação ou instauração de procedimento administrativo em razão de quebra de segurança, ou suspeita da mesma.

22.9. As Partes asseguram que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com qualquer dos partícipes na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, bem como as disposições do presente documento.

22.10. Cada partícipe declara expressamente que tem ciência de que será o único e exclusivo responsável por qualquer violação à legislação aplicável em razão de tratamento ilícito e desautorizado de dados pessoais sob seu controle, bem como em caso de vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo de tais informações.

23. **CLÁUSULA 23ª - DOS ENDEREÇOS / INFORMAÇÕES**

23.1. As comunicações entre as Partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

CONTRATANTE: **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar**

CNPJ: 43.913162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701,702,704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200. Endereço de e-mail: xxxxx@enbpar.gov.br

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Rua XXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXX – XX, CEP: XX.XXX-XX

Contato: XXXXXXXXXXXX – Telefone : XXXXXXXX E-mail: XXXXXX@XXXXXX

Conta Corrente: XXXX - Agência: XXXX - Banco: XXXXX

24. **CLÁUSULA 24ª – GARANTIA CONTRATUAL**

24.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total ofertado, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, que deverá abascar o prazo de 30 (trinta) dias além do término da vigência do Contrato, conforme as seguintes modalidades:

- a) Caução, em dinheiro;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

24.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

24.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

24.4. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

24.5. A garantia será considerada extinta:

- I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e
- II - após o término da vigência do Contrato.

24.6. A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

24.7. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da ENBPar, contados da data da assinatura do Contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar o comprovante de prestação da garantia.

24.8. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

24.9. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela ENBPar.

24.10. O montante caucionado em dinheiro, será restituído após o término de vigência do Contrato e será atualizado monetariamente (art. 70, §4º da Lei nº 13.303, de 2016).

24.11. A **CONTRATADA** receberá uma cópia do Contrato, a fim de permitir a obtenção da garantia.

25. **CLÁUSULA 25ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. A fim de atender ao disposto neste Contrato, a **CONTRATADA** declara, de forma irrevogável e irretratável, que executará o objeto contratual sem caracterização de vínculo empregatício/trabalhista, sem subordinação ou pessoalidade com a **CONTRATANTE**, sendo o objeto deste Contrato executado pela **CONTRATADA** com total autonomia.

25.2. Em qualquer demanda judicial, oriunda direta ou indiretamente deste Contrato, a **CONTRATADA** declara, de forma irretratável e irrevogável, que assumirá o polo passivo da ação judicial, eximindo, desde já, a **CONTRATANTE** de

quaisquer responsabilidades pelo litígio, bem como que solicitará, automaticamente, a exclusão da **CONTRATANTE** da lide, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a discussão judicial.

25.3. Eventuais alterações deste Contrato, que venham a ser discutidas e aprovadas de comum acordo entre as Partes, deverão, necessariamente, ser formalizadas por meio de termo aditivo.

25.4. Dada a natureza jurídica da **CONTRATANTE**, elegem as Partes o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato de forma digital, produzindo seus efeitos a partir da última assinatura aposta por representante legal.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

APÊNDICE "A" DO CONTRATO - MATRIZ DE RISCOS

As matrizes de riscos mostradas a seguir baseiam-se na Norma ISO/IEC 31000 - Gerenciamento de Riscos, publicada pela *International Organization for Standardization - ISO* e têm como objetivo caracterizar a escolha da alternativa mais adequada para a contratação do objeto da presente Nota Técnica.

O disposto no inciso III, §2º, do art. 84 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), que trata da fração do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no Anteprojeto ou no Projeto Básico da Licitação. Nesse contexto, não há fração corresponde uma vez que o objeto é comum e amplamente disponível no mercado. Assim, o inciso II não se aplica.

A alternativa avaliada pelas matrizes de riscos apresentadas leva em consideração a não contratação do objeto e o risco na execução do contrato.

Assim, alguns itens de riscos foram considerados nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Itens de Risco em relação a não contratação

Descontinuidade e/ou prejuízo relevante na realização das atividades cotidianas da ENBPar
Prejuízo na manutenção das atividades referentes à copa na sede da ENBPar

Tabela 2 - Itens de risco em relação a eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico financeiro ou não (Tipo de Risco: Execução Contratual)

Não entrega dos produtos
Produtos entregues com especificações técnicas distintas das especificadas no Termo de Referência nº 02/2026/GIAB/SIL/DG (SEI nº 0050029)
Atraso na entrega
Falta de dotação orçamentária para a execução do contrato
Identificação de sobrepreço na execução contratual
Custos adicionais causados pela ENBPar
Rescisão contratual

Para essa Norma, a escala deve ser adotada como mostra a Tabela 3:

Tabela 3 - Escala de Probabilidade e Peso

Probabilidade	Descrição da Probabilidade	Peso
Muito Baixa	Improvável. Em situações excepcionais. Nada indica essa probabilidade.	1
Baixa	Rara. Só ocorre de forma inesperada e casual.	2
Média	Possível. De alguma forma inesperada e casual.	5

Alta	Possível. De alguma forma o evento poderá ocorrer Indicação moderada.	8
Muito Alta	Praticamente certa. De forma inequívoca. Indicação clara de ocorrência.	10

A matriz Probabilidade x Impacto é então representada da seguinte forma, conforme mostra a Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 - P x I: Nível de Risco Inerente

Impacto	10 - Muito alto	10 - RM	20 - RM	50 - RA	80 - RE	100 - RE
	8 - Alto	8 - RB	16 - RM	40 - RA	64 - RA	80 - RE
	5 - Médio	5 - RB	10 - RM	25 - RM	40 - RA	50 - RA
	2 - Baixo	2 - RB	4 - RB	10 - RM	16 - RM	20 - RM
	1 - Muito Baixo	1 - RB	2 - RB	5 - RB	8 - RB	10 - RM
Onde: RB - Risco Baixo RM - Risco Médio RB - Risco Alto RE - Risco Extremo		1 - Muito Baixa	2 - Baixa	5 - Média	8 - Alta	10 - Muito Alta
PROBABILIDADE						

Com isso, a análise dos Riscos associados à aquisição de contratação de empresa(s) para fornecimento de insumos de cozinha, verifica-se o seguinte cenário para os principais riscos nesse cenário:

Tabela 5 - Matriz de Riscos para a NÃO a contratação

Riscos Identificados	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco Inerente
Impossibilidade de prorrogação da vigência de contratos anteriores com o mesmo objeto	10	10	100
Prejuízo na manutenção das atividades referentes à copa na sede da ENBPar	10	10	100

Tabela 6 - Matriz de Riscos para a execução da Contrato

Riscos Identificados	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco Inerente
Produtos entregues com especificações técnicas distintas das especificadas no Termo de Referência nº 02/2026/GIAB/SIL/DG (SEI nº 0050029)	2	4	8
Atraso na entrega	8	8	64
Falta de dotação orçamentária para a execução do contrato	1	10	10
Rescisão Contratual	5	8	40
Identificação de sobrepreço na execução contratual	2	10	20

Custos adicionais causados pela ENBPar	5	5	20
--	---	---	----

Os dispostos nos incisos II e III do art. 84, §2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RLIC) não se aplicam à esta contratação por se tratar de objeto comum amplamente ofertado no mercado.

Os resultados da etapa de análise e avaliação de riscos permitem criar perfis de riscos das contratações, os quais:

- a) Facilitam a identificação da prioridade de riscos (em particular identifica os mais importantes riscos com os quais a alta administração deve se preocupar);
- b) Capturam as razões pelas quais as decisões tomadas sobre o que é exposição tolerável e não tolerável;
- c) Permitem àqueles envolvidos na gestão de riscos uma visualização de perfis de riscos e como essas áreas e responsabilidades estão relacionadas;
- d) Facilitam a reavaliação e monitoramento dos riscos;
- e) Fornecem uma base de decisão para a etapa de Planejamento de Respostas aos Riscos.

As Matrizes de Riscos apresentadas acima consideram os riscos de maior relevância para a não contratação do objeto desta Nota Técnica, destacando-se os riscos cujos impactos seriam significativos para a ENBPar, empresa que detém a responsabilidade de comercializar cerca de 10% de toda a energia elétrica consumida no país, assim como gerir a empresa de geração termonuclear, Eletronuclear, e a parte brasileira da empresa Itaipu Binacional, assim como realizar a gestão dos Programas de Governo para o setor elétrico nacional.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Xingó Tenório de Oliveira, Diretor**, em 04/02/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://enbpar.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053634** e o código CRC **6DEDC452**.